

A CRISE ECONÓMICA EM ÁFRICA E RELAÇÕES COM A EUROPA NO FINAL DO SÉCULO

Adelino Torres¹

Neste enquadramento preliminar², inserido na sessão de abertura das Jornadas Empresariais de Agricultura Tropical referente à "*Problemática do Desenvolvimento em África*", refiro sucintamente dois vectores que me parecem ser mais abrangentes e relevantes.

Em primeiro lugar são lembrados elementos que caracterizam a crise africana. Insiste-se sobretudo sobre as perspectivas e hipóteses previsíveis num futuro próximo que mais importa, creio, lançar para a discussão nestas jornadas.

Abordam-se em seguida alguns aspectos das relações entre a Europa e a África, sublinhando a necessidade de uma reaproximação dos dois continentes, no interesse vital de ambas as partes.

*

O pessimismo é hoje em dia a característica mais frequente dos estudos sobre a situação económica, social e política em África. Esse pessimismo, partilhado por muitos africanos, dá frequentemente lugar a atitudes de total desesperança ou a finalismos deterministas - para não dizer *nihilistas* - inaceitáveis.

No entanto, no horizonte temporal que é o nosso, a *incerteza científica*³ é factor

¹ ISEG/Universidade Técnica de Lisboa

² Comunicação apresentada nas Jornadas Empresariais de Agricultura Tropical organizadas pelo Ministério da Agricultura e pela CULTIVAR-Associação de Técnicos de Culturas Tropicais, Santarém, 7, 8 e 9 de Junho de 1995. Este texto é uma segunda versão, corrigida depois das Jornadas, que tem em conta alguns dos debates ali ocorridos bem como a leitura posterior de comunicações dos outros participantes.

Nas notas de pé de página, as Jornadas são referenciadas como *JEAT-Jornadas Empresariais de Agricultura Tropical*.

Certas ideias deste texto foram reproduzidas em entrevista do autor ao jornal *Diário Económico* (Lisboa) de 12 de Junho de 1995, págs 1 e 15.

³ Questão central da obra de Karl Popper mas, no plano científico, ainda mal compreendida por muitos. Sobre a "verdade científica" também acontece por vezes que alguns expressem publicamente o seu desprezo pela "teoria" e pelos "teóricos" em benefício exclusivo de uma "experiência" empírica como único princípio orientador do conhecimento. Passando sobre o facto de que a "*anti-teoria*" é uma forma (perversa ou ingénua) de "*teoria*", este hiperempirismo esquece que não há ciência sem teoria, que toda a observação pressupõe conjecturas ou postulados que lhe dão sentido, e que o problema não é fazer uma pretensa escolha entre "teoria" e "prática", mas - para encurtar o raciocínio - articular metodologicamente ambas. Como escreve Roger E. Backhouse, "a ideia de que as teorias podem decorrer directamente dos dados empíricos (indução ingénua) é insustentável. Os dados não podem ser coligidos sem algum princípio orientador, e quando os analisamos somos forçados a seleccionar" (...) mas "é igualmente difícil defender hoje a noção de que a evidência empírica é irrelevante, de que as teorias económicas nunca precisam ser testadas". Cf. Roger E. Backhouse, *Economists and*

estimulante de desafio e criatividade, nada tendo a ver com um pretenso "*fim da história*" de raiz hegeliana em que alguns se comprazem ainda. Atenda-se a que as independências africanas têm pouco mais do que três dezenas de anos (não três séculos), e que na década de 60 e mesmo parte da década de 70, os novos países africanos conheceram um fase de realizações e de relativa prosperidade que desmentem o fatalismo *historicista* dos que, partindo de axiomas inabaláveis, olham apenas para aspectos isolados do momento presente.

Não quer de modo algum dizer que, em contrapartida, o optimismo complacente seja uma solução. Pelo contrário, essa complacência deve ser vigorosamente combatida, explicando sem concessões as causas, internas e externas, da crise e procurando respostas pragmáticas dentro de estratégias ambiciosas, com o homem como centro de gravidade numa dinâmica sempre renovada de mudança. Se as abordagens parcelares se mostram frequentemente de alcance limitado é porque a crescente *complexidade* do mundo actual exige abordagens sistémicas multidisciplinares e sobretudo interdisciplinares, cuja elaboração apresenta imensas dificuldades conceptuais e empíricas⁴.

O realismo exige - ao nível preliminar do diagnóstico - que sejam equacionadas as causas deste estado de coisas. Ele é ainda necessário na busca de soluções radicalmente novas para lá das contingências conjunturais.

Na explicação da crise, se é verdade que as responsabilidades dos governos africanos existem, também não pode ser ignorado o impacte dos factores exógenos ou internacionais.

the Economy: the Evolution of Economic Ideas, London, Transaction Publishers, 2nd ed. 1994: 222. Poder-se-ia levar o debate ainda mais longe, substituir o conceito pouco satisfatório de "prática" pelo conceito de "real", e lembrar, com Gilles-Gaston Granger, que "uma representação do *real* segundo os objectivos e os métodos da ciência não pretende nem pode substituir o *vivido*". Por outras palavras, aquilo que os "práticos" consideram a "verdade prática" (no sentido que nada deve à teoria), razão primeira e última do "saber verdadeiro" não passa, no plano estritamente científico, de uma representação (teórica) dessa mesma prática vivida.

⁴ Por exemplo a transposição de modelos de desenvolvimento concebidos no Norte para resolver os problemas do Sul quando se pretende adaptá-los a uma realidade diferente que, necessariamente, terá que ser concebida numa perspectiva *autocentrado* se se pretende que o desenvolvimento seja real nos países recipendiários. As concepções ingénuas do *tecnicismo*, há muito ultrapassadas, continuam porém a assolar as universidades europeias e as instâncias governativas africanas...

QUADRO 1
Choques económicos externos - Taxas de Juro e Termos de Troca

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Pagamento de juros (mil milhões de USD) ^a	2,3	4,2	4,5	4,0	4,8	4,7	4,1	3,5
Taxa de juro média dos novos empréstimos (%)	7,2	8,3	7,5	7,1	5,4	5,9	4,9	4,2
"Perdas" devidas ao aumento da taxa de juro (mil milhões de USD) ^b	2,8	3,7	3,9	3,4	3,9	3,9	3,2	2,6
Deterioração dos Termos de Troca (%) ^c	0,0	-0,5	5,2	5,0	3,5	8,2	30,2	29,8
"Perdas" devidas à deterioração dos Termos de Troca (mil milhões USD) ^d	0,0	-0,2	2,5	2,0	1,4	3,4	10,2	11,2
TOTAL DA "PERDA EXTERNA":								
- em mil milhões de USD	2,8	4,0	6,4	5,4	5,3	7,3	13,4	13,8
- como parte do PIB (%)	1,3	1,9	3,2	2,8	2,7	3,7	8,7	9,6
- como parte do défice da conta corrente (%)	80,0	24,8	37,4	51,4	176,7	1825,0 ^e	252,8	212,3
- como parte das transferências financeiras líquidas agregadas (%)	25,5	36,4	58,2	67,5	88,3	91,3	95,7	86,3

FONTE: Dados do Banco Mundial (diversos trabalhos) sintetizados em: Finn TARP, *Stabilization and Structural Adjustment*, 1993: 22.

NOTAS:

- a. Soma dos pagamentos de juros da dívida de curto e longo prazo e encargos do FMI.
- b. Assume-se que os pagamentos anuais de juros durante 1980-87 correspondem *grossa modo* à média da taxa de juro anual dos novos empréstimos.
- c. Comparados com o nível dos Termos de Troca de 1980.
- d. A perda ou "efeito rendimento" do comércio nos Termos de Troca foi calculada multiplicando o valor das exportações de mercadorias e serviços (em USD constantes de 1980) pela diferença em percentagem no índice dos termos de troca. As perdas dos Termos de Troca em USD de 1980 foram subsequentemente convertidos em dólares a preços correntes utilizando o deflador do PIB.
- e. O défice da conta corrente foi muito pequeno em 1985.

Se começarmos por estes últimos, quer dizer pelo contexto mundial que influencia hoje a actividade dos países africanos, basta lembrar que estudos recentes, inclusive análises econométricas, mostram que os factores externos desempenharam um papel decisivo na crise africana dos anos 80⁵ (ver quadro 1) e que esses parâmetros continuam omnipresentes na segunda metade dos anos 90.

O quadro 1 evidencia claramente que as perdas para os países africanos resultantes de factores externos aumentaram regularmente, de 1,3 % do PIB em 1980 a 9,6 % do PIB em 1987. Se, durante os anos 80, os termos de troca tivessem permanecido inalterados e as taxas de juro se mantivessem ao nível anterior, a África Subsahariana (ASS) teria, *ceteris paribus*, conseguido um considerável excedente na balança das transacções correntes de 1984 em diante⁶.

É certo que as transferências financeiras líquidas agregadas foram positivas no período 1980-87 e continuam a desempenhar um papel importante na ASS. Porém, as perdas devidas às taxas de juro e à deterioração dos termos de troca consomem, segundo os casos, de 25 a 90 por cento dessas transferências.

Por outro lado, as perdas devidas a esses dois factores externos vão de cerca de 21 % do défice fiscal em 1980 a um nível superior ao défice total em 1987. Vários autores chegaram aos mesmo resultados⁷, parecendo hoje cada vez mais difícil evitar a conclusão de que os factores externos desempenharam um papel decisivo na crise económica africana. Como escreve Finn Tarp, "o que sobressai claramente da experiência dos anos 80 é que sejam quais forem os efeitos positivos que as reformas económicas tenham tido, eles foram completamente submergidos pelo contexto

⁵ Cf. TARP 1993, pgs 19 e sgs; WHEELER 1984

⁶ Cf. TARP 1993: 23

⁷ V. SINGER 1993 e SINGER 1994. Ou ainda por exemplo, WHEELER 1984, SVEDBERG 1991, NDULU 1990 e BRUNEL 1995. Entre os portugueses, os trabalhos de Manuel Jacinto Nunes (Cf. NUNES 89 em particular), escritos com inteligência e clareza, oferecem-nos numerosos elementos de reflexão. O mesmo se poderá dizer sobre a obra de Francisco Pereira de Moura, actualmente em fase de reedição pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (UTL).

internacional negativo"⁸.

Bem entendido, inúmeros factores internos tiveram igualmente um papel considerável na situação actual. As estratégias da industrialização - aconselhadas em muitos casos por peritos do Norte cuja responsabilidade não deveria ser escamoteada, diga-se de passagem - levadas a cabo desde os anos 60 revelaram-se negativas. A estratégia de *substituição de importações* foi tomada por um fim em si mesmo (ignorando a mundialização crescente da economia internacional) em vez de ter sido considerada uma simples etapa de transição - no contexto nacional e, em seguida regional - para uma política de *promoção de exportações* (o exemplo da Coreia do Sul não foi então suficientemente meditado). Esta última estratégia foi estrangulada prematuramente pela visão por vezes "ideológica" dos referidos peritos e só hoje emerge, com grave atraso, em condições mais desfavoráveis para os países que procuram implementá-las apressadamente. Enfim, a estratégia das *indústrias industrializantes* não cumpriu os seus objectivos e revelou-se um sorvedouro financeiro, como a experiência da Argélia o demonstra.

A excessiva concentração de recursos em projectos de industrialização levou por sua vez a um quase abandono do sector rural e da agricultura. Ao mesmo tempo, a contenção dos preços dos produtos da agricultura com o objectivo de favorecer uma acumulação ao serviço dessa industrialização (e também por motivos políticos e ideológicos que não podemos tratar aqui⁹), contribuiu largamente para desencorajar os agricultores e agravar o êxodo rural com as consequências que se conhecem.

Nesse contexto o Relatório do Banco Mundial de 1981, conhecido como o *Relatório Berg*, deu uma contribuição decisiva para a reapreciação deste problema, ao sublinhar a importância da agricultura e a urgência da sua recuperação.

E se, no conjunto, podemos não concordar com o excessivo peso que Elliot Berg atribui aos factores internos e às responsabilidades propriamente africanas, a verdade é

⁸ Cf. TARP 1993: 19.

⁹ As razões históricas e económicas são largamente debatidas em, por exemplo: JACQUEMOT et RAFFINOT 1985 e MICHAÏLOF 1984.

que as suas propostas mudaram a natureza do debate sobre os problemas do desenvolvimento em África. Muito mais do que o *Plano de Acção de Lagos* elaborado pelos chefes de Estado africanos na OUA, documento brilhante que honra os seus autores, mas que, não prevendo as medidas concretas de curto prazo e as acções ou regulamentações necessárias para as tornar exequíveis, permanece um projecto magnífico mas de muito mais longo prazo.

Um dos resultados desse abandono da agricultura pode ser verificado no Quadro 2, que comprova que a percentagem de importação de alimentos em relação ao total das importações era no final da década de 80 maior do que seu início.

QUADRO 2
Importação (em valor) de alimentos em relação ao total das importações (em %)

	1981 (média dos países da zona)	1989 (média dos países da zona)
África do Norte (6 países)	8,0	15,8
África do Sahel (9 países)	4,2	8,7
África Ocidental (8 países)	2,4	4,7
África Central (10 países)	4,3	4,7
Áfr. Ori. e Austral (18)	3,9	7,5

FONTE: African Development Bank 1992: 141-142 (cálculos nossos)

QUADRO 3
Investimento directo estrangeiro em relação ao PIB (em %)

PAÍSES AFRICANOS	1980	1992
Camarões	18,0	10,7
Costa do Marfim	24,4	8,0
Gana	6,9 ¹	12,6
Guiné-Conakry	15,0 ²	17,6
Quénia	23,6	16,4
Malawi	22,2	16,5
Mali	20,4 ³	23,0
Ilhas Maurícias	23,3	29,6

Nigéria	22,2	16,3 ⁴
África do Sul	24,4 ⁵	15,9
Tanzânia	20,5	37,8

FONTE: MILLER and SUMLINSKI 1994 (NOTAS: 1. 1984; 2. 1986; 3. 1987; 4. 1991; 5. 1984).

Também a ajuda ao desenvolvimento declinou enquanto que a vertente "multilateral" mal aproveitada ou mal orientada, agravou ainda mais os problemas africanos¹⁰.

QUADRO 4
Investimento directo estrangeiro público e privado
em relação ao PIB (em %)

PAISES AFRICANOS	1980		1992	
	INV. PRIVADO	INV. PÚBLICO	INV. PRIVADO	INV. PÚBLICO
Camarões	7,9	10,1	6,5	4,2
Costa do Marfim	13,0	11,4	4,1	3,9
Gana	4,4 ¹	2,5 ¹	3,6	8,9
Guiné-Conakry	9,8 ²	5,1 ²	10,1	7,5
Quénia	12,9	10,7	9,4	7,0
Malawi	4,7	17,5	8,0	8,5
Mali	10,2 ³	10,1 ³	13,1	9,9
Ilhas Maurícias	14,9	8,4	19,9	9,7
Nigéria	6,9	15,4	6,0 ⁴	10,3 ⁴
África do Sul	14,6 ⁵	9,9 ⁵	11,4	4,5
Tanzânia	8,9	11,6	25,0	12,8

FONTE: MILLER and SUMLINSKI 1994, *op. cit.*

NOTAS: 1. 1984; 2. 1986; 3. 1987; 4. 1992; 5. 1984

No plano económico e político, a chamada "viragem a leste" da Europa a partir

¹⁰ Um dos mais duros libelos contra a má orientação da ajuda pública europeia encontra-se em BRUNEL 1993.

de finais dos anos 80 precipitou o que alguns autores chamam agora a "*quarentena de África*", provocando grandes tensões nos dois continentes. O fracasso da revisão do pacote financeiro do 8º FED há alguns meses atrás é disso um sinal¹¹.

Do mesmo modo, os investimentos estrangeiros em África têm recuado em muitos países nos últimos anos como se verifica no Quadro 3 anterior.

Mas esse quadro indica apenas o investimento directo estrangeiro global. Será interessante dividi-lo em investimento privado e público (quadro 4).

Para tentar remediar esta difícil situação surgiram os *Programas de Ajustamento Estrutural (PAE)* que, de uma maneira ou de outra, todos os países africanos aplicam hoje. Mas os resultados dos PAE, nalguns casos encorajadores, continuam apesar de tudo a suscitar reservas por parte das entidades oficiais africanas e de muitos cientistas sociais internacionais.

No essencial os PAE têm várias linhas de intervenção: restabelecimento do equilíbrio do comércio externo pela compressão das importações, redução do consumo interno, crescimento das exportações pelo melhoramento da competitividade, diminuição dos salários reais, eliminação do défice orçamental, desvalorização da moeda.

Na prática essas medidas de austeridade conduzem a uma diminuição do poder de compra dos indivíduos e a uma desaceleração do desenvolvimento industrial e do crescimento, o que contribui para isolar os países do Sul das trocas internacionais...

Não é propriamente a necessidade dos PAE que está em causa, se entendermos que as economias africanas precisam de facto de profundas reestruturações em todos os campos. Medidas de ajustamento e de estabilização são indispensáveis. Mas a ignorância ou desatenção a que têm sido votados os problemas sociais mais prementes e a aplicação de uma lógica de equilíbrios financeiros de curto prazo, especialmente na balança de pagamentos, segundo um modelo técnico que não atende aos parâmetros sociais específicos, à diversidade de culturas e práticas da sociedade civil africana, nem ao facto das situações de subdesenvolvimento não reagirem do mesmo modo aos

¹¹ Ver *O Público* (Lisboa), 17/2/95.

estímulos como poderia acontecer noutros tipos de sociedades mais desenvolvidas, todos esses factores suscitam críticas.

É certo que a filosofia do FMI tem evoluído positivamente nos últimos anos, encontrando mecanismos "amortecedores" das rupturas impostas. Os planos de ajustamento e estabilização que acompanham os acordos de reescalonamento da dívida, comportam agora uma componente social que não existia antes dos anos 90. Porém, tudo leva a crer que a orientação geral precisa de mudanças nos planos económico e político¹².

É motivo de preocupação o facto de as transferências líquidas de recursos para o conjunto dos PED serem negativas (42,9 mil milhões de USD em 1990). Isso significa que o fluxo de capitais privados enviados para os países do Sul é largamente compensado pelas transferências financeiras em sentido inverso, transferências que provêm do serviço da dívida e do repatriamento de lucros de investimentos. No que se refere à África, esta continua a acumular a atrasados apesar de certas anulações da dívida, como foi o caso da França que suprimiu 280 mil milhões de francos da dívida gabonesa.

Veja-se o endividamento por zona geográfica em 1992 no quadro seguinte:

QUADRO 5
ENDIVIDAMENTO POR ZONA EM 1992

	Em % da dívida total	Em mil milhões de USD	Rácio serv. da dívida/export.		
			1980	1986	1992
A. Latina e Caraíbas	30	496,33	37,1	43,7	29,8
Europa e Ásia Central	20	329,06	9,5	19,1	15,8
Extrêmo Oriente e Pacífico	19	320,19	13,6	24,3	12,9
África Sub-Sahariana	12	194,26	9,7	24,9	17,1

¹² Basta recordar as circunstâncias que deram origem aos acordos de Bretton Woods, e as reflexões de J.M. Keynes sobre essa matéria.

Médio Ori.- Áfr. do Norte	11	188,98	5,1	20,4	24,6
Ásia do Sul	8	133,35	11,9	29,3	20,7
TOTAL PED	100	1 662,17	13,5	25,9	18,7

FONTE: Banco Mundial, *World Debt Tables 1993/94*

A situação em 1994 e, como tudo indica, em 1995 continua difícil. Apesar da retoma mundial, o crescimento económico dos chamados Países Menos Avançados (PMA) não ultrapassou 1,4 % em 1994, segundo um estudo actual da UNCTAD, que observa que essa percentagem é mesmo inferior à da média anual de 1990-93. Neste documento, as estatísticas internacionais confirmam uma degradação contínua do rendimento por habitante durante estes últimos 15 anos, passando de 328 dólares por ano em 1980 a 307 dólares em 1993. Segundo os cenários da UNCTAD o rendimento per capita nos PMA no ano 2000 será entre 296 USD e 406 USD.

Nos países africanos, que formam o grosso dos PMA, a situação é pouco encorajadora. Em 1994 o seu PIB estagnou (- 0,1%).

Há porém sinais positivos: o aumento actual dos preços das matérias-primas (com excepção do petróleo), o que beneficia os produtores africanos de café, cacau, algodão; e a desvalorização do Franco CFA desde Janeiro de 1994, que abre perspectivas para os exportadores.

QUADRO 6

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB (em %)

	1994*	1995**
PAÍSES MENOS AVANÇADOS	+ 1,4 %	+ 2,3 %
dos quais África:	- 0,1 %	+ 0,9 %
dos quais Ásia:	+ 3,5 %	+ 4,2 %

FONTE: UNCTAD

(*). Estimativas; (**). Previsões.

A crise africana deste final do século tem, pois, múltiplas origens, internas e externas que é difícil apartar.

Se quisermos apontar os grandes eixos que devem orientar as prioridades estratégicas africanas, talvez seja possível destacar, a título de exemplo, os seguintes (subentende-se uma situação de paz, condição *sine qua non* para a sua viabilidade):

- Integração regional e conseqüente abertura das economias regionais à economia mundial, que passa necessariamente pelo saneamento e modernização das economias nacionais;
- Formação de recursos humanos, nomeadamente de quadros técnicos e empresários;
- Consolidação da democracia interna, Direitos do Homem, Estado de Direito e "Good Governance"¹³;
- Flexibilidade dos mecanismos de mercado;
- Recuperação da agricultura¹⁴
- Cooperação euroafricana, nos planos político, cultural, económico e financeiro

¹³ Este foi um dos pontos oportunamente sublinhados pelo Prof. João de Deus Pinheiro que, numa importante conferência proferida no ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, em 2 de Junho de 1995, intitulada: "**Prioridades para a Cooperação União Europeia-ACP**" e publicada posteriormente na colecção de textos inéditos do *Curso de Mestrado em "Desenvolvimento e Cooperação Internacional"* (ISEG/UTL), desenvolveu a problemática das relações euro-africanas no contexto internacional deste final do século.

Pode consultar-se ainda FRISCHTAK 1994. Em português foi publicada recentemente uma obra científica de particular importância: António Marques BESSA, *Quem Governa? - Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, Lisboa, ISCSP, 1993

¹⁴ Veja-se o caso de S. Tomé e Príncipe relatado por MENEZES 1995 e, no que diz respeito à intervenção do sector privado, no estudo esclarecedor e interessante de MANTERO 1995. Para uma informação complementar sobre a economia de S. Tomé e Príncipe consulte-se: Jorge Eduardo da COSTA OLIVEIRA, *A Economia de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Cooperação Portuguesa, 1993, 274 p.; e Manuel Ennes FERREIRA, "Pobreza Absoluta e Desigualdades Sociais, Ajustamento Estrutural e Democracia na R.D. São Tomé e Príncipe", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, 12/13, 1990: 137-166.

(cobertura das moedas africanas pelo ECU num sistema monetário euroafricano, como sugeriu um especialista¹⁵). Os obstáculos técnicos - a experiência da Zona Franco comporta ensinamentos úteis para um modelo eventualmente extensivo a toda a África - não parecem de facto intransponíveis se houver a vontade política.

A integração regional é um dos elementos-chave deste processo, dada a exiguidade dos mercados internos africanos que, na maior parte dos casos, tornam inviável o processo de industrialização e de desenvolvimento. Na África Subsahariana, os governos dos países da CEDEAO, CEEAC e SADC parecem finalmente empenhados em fazer evoluir uma situação que pouco tem avançado nos últimos 20 anos apesar das retóricas oficiais.

A formação dos recursos humanos¹⁶ em todas as áreas deve ir de par com a prioridade dada à preparação de empresários nacionais capazes de, com rigor e espírito criativo, gerir pequenas, médias e grandes empresas em todos os sectores, que consolidem o tecido produtivo e constituam os fundamentos do edifício económico e social, com raízes próprias mas capazes de se inserirem de algum modo nas redes mundializadas da produção e da circulação¹⁷.

A construção da democracia é outro elemento fundamental do desenvolvimento (não se fala apenas de mero crescimento económico). Não somente existe uma interdependência estreita entre democracia e desenvolvimento¹⁸, mas não é crível pensar sequer numa economia de mercado dinâmica e criativa se esta não se basear numa sociedade civil estruturada e democrática.

Nos últimos anos tem sido muito debatida a passagem de economias africanas

¹⁵ Cf. LELART 1994.

¹⁶ Um ponto de vista algo pessimista, mas não desprovido de realismo, sobre o processo de educação em África é-nos dado por Américo Ramos dos SANTOS, "Crise do Desenvolvimento e Crise da Educação: o Caso Africano", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, 12/13, 1990: 355-364.

¹⁷ A questão da formação e papel dos empresários nos países do Sul tem dado lugar a uma abundante literatura que seria naturalmente impossível referir aqui. Limito-me a a chamar a atenção para um pequeno livro recente, o de Philippe BÉRAUD et Jean-Louis PERRAULT (Sous la direction de), *Entrepreneurs du Tiers Monde*, Paris, Ed. Maison Neuve & Larose/Éditions de l'Orient, Paris, 1994, 237 p.

¹⁸ Cf. Prof. João de Deus Pinheiro na conferência já citada.

de tipo "socialista" ou estatizadas para economias de mercado, desintervencionadas e mais abertas. Essa evolução é obviamente positiva, uma vez que os Estados se mostraram frequentemente agentes económicos e empresariais de discutível capacidade.

Admitir a necessidade dessa evolução não implica que se aceite tão facilmente certas interpretações extrêmas que põem em causa qualquer intervenção - e mesmo a própria existência - do Estado.

Como o Banco Mundial salientou em estudos entretanto publicados, a privatização sistemática e indiscriminada não é necessariamente vantajosa e pode, em muitos casos, ter consequências muito mais gravosas para a economia do que a manutenção da propriedade do Estado.

A privatização de muitas empresas e a insistência em critérios de racionalidade económica é uma necessidade. Mas é preciso fazê-lo com prudência e pragmatismo. Nestas jornadas vários trabalhos aqui apresentados ilustram-no com clareza, como as comunicações de José Manuel Zenha Relá e António Silva¹⁹, por exemplo.

A aplicação de regras económicas liberais nos moldes (radicais) exigidos por determinados teóricos, dada a insuficiência de empresários africanos, de capitais, de mão-de-obra qualificada e de vários outros requisitos, introduziria de imediato disfuncionamentos destruidores do próprio tecido económico e social que se pretendia consolidar. Ora o social não pode ser apenas um simples "derivado do económico"²⁰. As políticas de "luta contra a pobreza" desenvolvidas pelos Estados africanos sob os conselhos do Banco Mundial têm tido consequências políticas importantes mas resultados socialmente fracos, quando não agravaram mesmo as desigualdades sociais²¹, o que deve levar a interrogar os temas doutrinários e filosóficos do liberalismo que fundamentam os discursos e práticas actualmente em vigor.

Por outro lado, é evidente que a regulação é necessária (como se verifica nos

¹⁹ RELA 1995, SILVA 1995

²⁰ Cf. SALAMA/VALIER 1994: 119

²¹ Cf. SALAMA/VALIER: 144

próprios países onde se advogam essas teses!) e a passagem da economia estatizada a uma economia de mercado exige, nos países africanos, um gradualismo de geometria variável mas que tudo aconselha dever ser prudente e rigoroso.

Parece estar hoje esquecido que um dos fundadores da teoria liberal, Léon Walras, foi muito mais além do que a "teoria matemática das relações de mercado". Os seus discípulos retiveram apenas da sua *Economia Política e Social* o primeiro tomo sobre a *Economia Política Pura* que fixava o modelo da livre concorrência no mercado (teoria do equilíbrio geral). Todavia Walras, longe das interpretações abusivas de alguns dos seus actuais adeptos, considerava os outros tomos de igual importância. A *Economia Política Aplicada* tratava das relações entre os homens e as coisas e abordava a questão da gestão privada ou pública da produção, enquanto o último tomo, *Economia Social*, preocupava-se com as condições da repartição da riqueza social, com as relações entre os indivíduos e o Estado e defendia uma teoria da propriedade e do imposto.

Mais ainda, desde a publicação da *Economia Política Pura* Walras encarava já os limites do seu próprio modelo: "O princípio do *laissez-faire, laissez-passer* já não é a fórmula universalmente aceite e proclamada da teoria da produção da riqueza", escreve Walras, acrescentando que "a produção de bens de utilidade colectiva, a existência de monopólios naturais, a desordem nas condições de trabalho" mostram a necessidade da intervenção do Estado para que se conjuguem o máximo de satisfação e de equidade, o interesse e a justiça.

Em resumo, a economia social é essencial para Walras, quer pelo papel das associações populares no progresso económico quer pela intervenção do Estado para uma maior concordância entre o interesse e a justiça. Curiosamente, esses dois aspectos da obra deste fundador parecem ser desconhecidos pelos seus exegetas, que, traíndo o mestre, não retiveram senão uma parte, ignorando que, como Walras o disse expressamente, os 3 tomos são interdependentes.

Mais recentemente, um prémio Nobel da Economia, Maurice Allais, considerado como um dos expoentes da moderna teoria liberal, surpreendeu a comunidade científica ao declarar que refutava a lei das vantagens comparativas de Ricardo, inaplicável no

"mundo real" do GATT: se a CEE é hoje a zona mais atingida pelo desemprego é justamente porque desarmou comercialmente mais depressa do que o resto do mundo.

Uma afirmação que vai claramente ao encontro das conclusões do Relatório do Senador J. Arthuis: "Uma vez que o GATT, por uma ligação feitichista a um livre-câmbio que não é realmente praticado pela Comunidade Europeia, actua contra o emprego, porque não encarar a sua desapareição?"²²

Relativamente à recuperação da agricultura, a presença de qualificados técnicos de agricultura tropical nestas Jornadas, permite-me referir apenas um pormenor recente.

Durante os últimos 15 anos a filosofia subjacente à accção do Banco Mundial era que essa regeneração só se poderia obter pela privatização das terras.

No entanto há razões para pensar que se pode vir a assistir a uma reviravolta nas instituições internacionais no que se refere a esse ponto. A publicação recente de um interessante estudo de dois técnicos da sede do Banco Mundial, intitulado *Reversing the Spiral*²³, articula os problemas da população, da agricultura e do ambiente e anuncia uma perspectiva mais consentânea com o que poderemos chamar um desenvolvimento autocentrado.

O ponto que pretendo sublinhar é que os autores reabilitam em particular o **sistema costumeiro** de propriedade das terras, reconhecendo que a atribuição de títulos fundiários individuais no Quénia e no Botswana facilitou a confiscação das terras, a concentração da propriedade e, paralelamente, o surgimento de camponeses sem terra.

A reabilitação do sistema costumeiro é fundamental, escrevem, porque este prevê direitos colectivos e não individuais e proíbe a quem quer que seja de vender a terra. Esse princípio impediu até aqui a formação de uma verdadeira classe de camponeses sem terra em África, como acontece na América Latina e na Ásia.

²² Cf. *Alternatives Économiques* (Paris), avril 1995. Alguns livros igualmente estimulantes têm vindo recentemente a sacudir ideias feitas nesta matéria: ORMEROD 1994; B. PERRET/G. ROUSTANG 1993; ARONDEL 1995. O artigo de John TOYE (TOYE 1993) coloca questões teóricas de fundo. Em português vêr SILVA 1994.

²³ Cf. CLEAVER and SCHREIBER 1994a. Posteriormente os mesmos autores publicaram um suplemento estatístico a esse livro: CLEAVER and SCHREIBER 1994b.

Para os dois autores o direito costumeiro tem ainda outra vantagem: toma em consideração os direitos dos criadores de gado nómadas ou que praticam a transumância. Ora justamente, dois terços dos quarenta milhões de nómadas e pastores do planeta encontram-se na África Subsahariana.

Como referiu Pierre Barrot²⁴, os direitos fundiários tradicionais estão em crise. De facto a quem pertence realmente a terra em África? Aos sobas garantes dos costumes? Ao Estado? Aos que a trabalham, como foi proclamado na Costa do Marfim? Aos que a compraram e têm um título de propriedade? A confusão é de facto enorme e o direito costumeiro continua ignorado ou violentado pelos Estados que se apropriam das terras para reservas naturais para culturas irrigadas ou as atribuem a proprietários individuais muitas vezes familiares ou próximos do poder.

Na sua comunicação às JEAT, Juliano Fernandes põe em relevo com muita clareza a contradição entre os regimes jurídicos consuetudinário e positivo na Guiné-Bissau, bem como as formas de apropriação das terras pelo Estado, consignadas na Constituição de 1984 daquele país. Assim, o artº 12º determina ser propriedade do Estado: o solo, o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, a riqueza florestal e as infraestruturas sociais. Do mesmo modo, no nº 1 do artº 13º, o Estado pode dar por concessão as cooperativas e outras pessoas jurídicas singulares ou colectivas, a exploração da propriedade estatal desde que sirva o interesse geral e aumente as riquezas sociais. Mais à frente Juliano Fernandes conclui que "em países como a Guiné-Bissau, com poucos recursos e em vias de desenvolvimento, não se pode partir para regimes de apropriação privada dos solos". Tudo indica que o autor compartilha da ideia de que são necessários "mecanismos de cogestão" dos recursos naturais disponíveis entre o Estado e as comunidades locais, mas a sua aparente recusa em considerar - pelo menos em certas circunstâncias - a questão da apropriação privada dos solos não parece ser completamente realista²⁵...

Do mesmo modo as concessões florestais "não têm em nenhuma conta os

²⁴ Cf. BARROT 1995

²⁵ Cf. FERNANDES 1995

direitos fundiários tradicionais", e acontece mesmo que o Estado se proclame *manu militari* o proprietário exclusivo de todas as terras.

Cleaver/Schreiber notam que "investir em terras tornou-se arriscado uma vez que o governo pode reafectar essas terras para objectivos ditos nacionais". Afastando-se das teorias da privatização das terras em voga: "A maior parte dos governos e das agências de ajuda externa acreditaram erradamente que os sistemas fundiários tradicionais não garantiam aos produtores uma segurança suficiente e, portanto, que eram inadaptáveis a uma agricultura moderna e orientada para o mercado".

Este estudo põe em causa o *dogma da privatização* e contesta a ideia segundo a qual um título de propriedade individual permite aceder facilmente ao crédito já que representa uma garantia para os bancos. É esquecer que os pequenos agricultores "são extremamente reticentes à ideia de hipotecar a sua terra com risco de a perderem".

Constatando que, por tais vicissitudes, os direitos costumeiros estão hoje fortemente enfraquecidos, os autores propõem que seja reconhecido legalmente o direito fundiário costumeiro e criado um mecanismo funcional e transparente de atribuição de direitos individuais de acordo com os proprietários tradicionais e os utilizadores (pastores).

É certo que se o livro embora editado sob os auspícios do Banco Mundial, não é uma publicação da responsabilidade oficial desta instituição. No entanto, sendo ainda prematuro falar de uma "viragem", podem esperar-se alguns frutos deste debate que finalmente se inicia nos centros de influência mundial...

Enfim, a cooperação com a União Europeia é outro vector fundamental quer para o continente africano quer para a própria Europa.

O Acordo de Dezembro de 1993 que retomou o essencial do acordo de Blair House (1992) com algumas vantagens para a CEE não foi bem recebido pelos países do Sul, nomeadamente da África.

Os africanos falaram de acordo "iníquo" e os parlamentares indianos deploraram um "dia negro" para a agricultura.

Oitenta e oito representantes dos países em desenvolvimento (PED) assinaram finalmente o acordo com manifesta falta de entusiasmo, sentindo que tinham feito

esforços consideráveis para reduzir as suas tarifas aduaneiras sem terem recebido compensações adequadas.

De facto se os PED têm maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos, a diminuição dos direitos que têm a pagar é relativamente pouco significativa já que esses direitos atingiam apenas 6,3 % (contra os 3,9% agora aprovados).

De uma maneira geral pode considerar-se que, com o Uruguay Round, os países ricos ganharam segurança em matéria comercial enquanto que os PED se deverão contentar com a existência de novas perspectivas.

Um estudo da OCDE mostrou que o efeito das reduções de tarifas deverá lezar os consumidores dos PED.

Assim, em caso de liberalização **parcial** das trocas, as variações dos rendimentos reais serão de + 0,2 % nos USA, de + 1,4% na UE, de + 0,6% na Ásia, de + 2,6% nos NPI, enquanto que na África serão de -0,2%.

Em caso de liberalização **integral** das trocas os resultados serão, em termos de variação do rendimento real: + 0,3% nos USA, + 2,8% na UE, + 1,3% na Ásia, + 8,1% nos NPI e de - 0,9% na África.

A agricultura representa outra preocupação para os PED. A redução das subvenções agrícolas decididas pelo GATT poderá traduzir-se, segundo certas estimativas, num aumento dos preços agrícolas mundiais em cerca de 10%. Sendo o continente africano um importador líquido de produtos alimentares, a situação é preocupante.

Aliás o ponto 5 da declaração ministerial da conferência de Marrakech reconhece, ainda que veladamente, que os efeitos do Uruguay Round poderiam ser finalmente negativos para os PED.

Finalmente, uma questão crucial deve ser levantada: a liberalização crescente sancionada pelos acordos do GATT irá ou não favorecer o emprego na Europa e no continente africano, para destacarmos apenas estes dois intervenientes?

Já vimos o que pensavam alguns autores sobre este assunto, nomeadamente autores insuspeitos de anti-liberalismo como Maurice Allais.

Em princípio a abertura dos mercados mundiais é um objectivo positivo, se,

abolidas as distorções proteccionistas, os consumidores tiverem à sua disposição produtos cujos preços a concorrência aberta se encarregará de tornar mais acessíveis. A revolução tecnológica da chamada 3ª revolução industrial e a sua lógica de redes introduziu na prática quotidiana o conceito de tempo real eliminando ao mesmo tempo distâncias que separavam os homens. Segundo a fórmula consagrada estamos a entrar na era da "aldeia global" e, à primeira vista não há razão para não nos regozijarmos com isso.

Mas como disse Jacques Delors, "não se construirá um mundo relativamente melhor unicamente com o *laissez-faire*, *laissez-passer*. O mercado é importante. É ele que tem melhores condições para adaptar a oferta à procura, permitindo aos países pobres venderem as suas produções. Todavia um mundo melhor só é possível combinando, como no interior da Europa, competição, cooperação e solidariedade"²⁶.

Se ao nível nacional é possível antever a mediação do Estado para atingir esses objectivos, resta saber como se fará, no plano mundial, a regulação desta situação.

Assim, no que se refere ao diálogo Norte-Sul, Delors observa que há o risco que muitos países do Sul "não façam a sua população aproveitar os progressos materiais realizados. A partir daí, a exploração da sua mão-de-obra tem consequências nefastas para nós, pela importação de bens e serviços demasiadamente baratos, criando uma pressão intolerável sobre o nosso nível de vida e vantagens sociais e reforçando o desemprego"²⁷.

J. Delors sublinha em seguida que a Europa, "para manter o seu sistema de segurança social e o seu nível de vida, já fez muito. Suprimiu cinco milhões de empregos desde o primeiro choque petrolífero, substituindo o capital humano por capital técnico. Por consequência, em relação aos países que conseguiram a sua descolagem, a condição de uma certa estabilidade do mundo é que esses países melhorem o nível de vida e de protecção social à medida que conseguirem registar um progresso económico" (ibid. p. 188). Os países mais pobres que não o conseguirem,

²⁶ DELORS 1994: 192.

²⁷ Ibid.: 188.

prosseque Delors, deverão ser ajudados pelo Norte.

Esta posição interessante é lógica no plano das ideias. O problema é saber se é sustentável pelo menos a médio prazo.

De uma maneira geral poderemos talvez distinguir três posições:

- 1) os autores que confiam firmemente na desregulação total e nos mecanismos da economia liberal, perfilhando o famoso postulado de Margareth Thatcher segundo o qual *"there is no such thing as society"*;
- 2) aqueles que acreditam numa regulação supranacional onde serão preservadas as conquistas do Estado-Providência e melhoradas progressivamente nos países mais pobres as condições de vida de modo a aproximar o Sul do Norte; e, finalmente
- 3) os autores que consideram que o que está verdadeiramente em jogo é a tentativa de, em nome da concorrência e do progresso, eliminar todos os "obstáculos" sociais (reformas, previdência, etc.) subordinando esse processo a uma maior eficácia dos interesses investidos.

Esta última hipótese tem subjacente que, na falta de uma regulação supranacional democrática, o resultado poderá ser essencialmente a adopção nos países do Norte dos padrões produtivos e sociais dos "Tigres Asiáticos", ou seja abolição das garantias mínimas para os trabalhadores por conta de outrém: salários baixos, jornadas de trabalho de mais de 10 ou 12 horas, inexistência de segurança social e de sistemas de reformas, trabalho infantil, etc.

O raciocínio implica que, se fizermos abstracção dos avanços tecnológicos e das riquezas acumuladas, não seria o Sul que se aproximaria do Norte, mas sim o Norte que, abandonando grande parte daquilo que é geralmente considerado "conquistas sociais", se aproximaria do modo de vida do Sul asiático.

Esta foi apenas uma breve referência que não pretendo desenvolver. Refiro-o apenas porque me parece que a questão do tipo de sociedade, estreitamente ligado ao modelo económico escolhido, é central para os destinos da Europa nas próximas décadas e, por arrastamento, também para os destinos da África.

Há todas as razões para acreditar que a África tem, sem sombra de dúvida, génio,

capacidade e potencialidades suficientes para ultrapassar os obstáculos com que se defronta por enquanto. Deverá conseguir, no entanto, a integração regional e porventura caminhar na direcção de uma comunidade ou "União Africana" à escala do continente, na base dos pressupostos atrás enunciados.

Não obstante, penso que esses objectivos serão mais depressa e mais solidamente realizados em profunda conjugação com uma União Europeia forte e capaz de aprofundar a herança democrática legada pelo seu passado social e político.

Por outro lado, se é importante que a UE se alargue a leste e integre as velhas culturas europeias que fazem igualmente parte desse património comum, não é menos fundamental que seja alargado e consolidado um *núcleo duro* euroafricano, que tem os seus fundamentos na história e até (com justificação) no imaginário colectivo dos povos.

Expliquemo-nos bem: não se fala aqui de interesses económicos apenas, embora eles tenham a sua razão de ser e sejam, de longe, preferíveis a estratégias e acções pretensamente "desinteressadas" como já se viram tantas desde as independências africanas. Fala-se, sim, de história e de relações políticas fundamentais, de parceria e de interesse mútuo, de cultura e de linguagens comuns em línguas diferentes.

O *económico* é frequentemente enganador²⁸. Por exemplo, muitos dos próprios estudantes universitários africanos pensam ainda hoje que a abundância de matérias-primas no continente é um trunfo decisivo nas negociações da África com a economia mundial. Na verdade, se os produtos brutos (matérias-primas, produtos energéticos e produtos agrícolas) representam 47% das exportações totais dos países em desenvolvimento, isso não significa que os PED dominem o mercado mundial, pois não são nem os principais produtores nem os principais produtores internacionais. A frase de Philippe Chalmin traduz bem este problema: "*As matérias-primas são importantes para o Terceiro Mundo, mas o Terceiro Mundo não é importante para as matérias-primas*"...

²⁸ Como diz ironicamente (mas algo excessivamente) Paul Ormerod, a economia ortodoxa é muitas vezes uma caixa vazia. A sua compreensão do mundo é semelhante à das ciências físicas na Idade Média... (*op. cit.*)

Apesar do muito que ficou por analisar, é talvez possível destacar algumas ilações:

A crise económica africana tem razões internas e externas dificilmente separáveis. Tudo leva a crer que a sua solução será necessariamente lenta. Mas o continente tem condições humanas potenciais para colmatar rupturas e atrasos se houver vontade política dos governos e das oposições.

A característica fundamental deste final do século é de, mercê do progresso científico, as gerações (e as nações) poderem dar saltos qualitativos no tempo. É uma vantagem inédita que comporta também dificuldades: se os povos beneficiam desse progresso estão também submetidos a ritmos de mutação acelerada (exactamente o inverso do "*rito iniciático tradicional*") causadora de disfunções.

Por outro lado, não só a Europa poderá desempenhar um papel-chave na "reconversão" da África à modernidade, mas a África é um elemento inseparável no conjunto euro-africano, independentemente do alargamento da UE a leste. Politicamente a complementaridade é mais profunda do que os estrategas nos querem dizer...

Atrever-me-ia a ir ainda mais longe: virada a página da guerra-fria, de certos mitos políticos e de voluntarismos finalistas que tinham livre curso desde 1917 pelo menos, a recente mundialização da economia num espaço finito coloca novos problemas a que nenhuma região e, por maioria de razão, país algum, pode ficar alheio. Os conceitos de *cooperação*, *solidariedade* e *co-responsabilidade* num contexto *democrático* (independentemente da **forma** que este adopte) ganharam uma dimensão nova como em nenhum outro momento da história da humanidade.

Não será exagêro dizer que o destino da Europa desligado a África (ou, para ser mais rigoroso: do Sul) será politicamente amputado e culturalmente mais pobre. Mas, por sua vez - mergulhada na exigência da **modernidade** a que seria ilusório pretender escapar - sem a cooperação europeia a África conheceria, quase certamente, novas "*décadas perdidas*" para o desenvolvimento e o progresso. O *eurocentrismo* e o *afrocentrismo* a que tais rupturas conduziriam, nada mais fariam do que acrescentar novos malifícios ao séquito de *integrismos* que se perfila no horizonte do século XXI...

BIBLIOGRAFIA RESUMIDA

- AFRICAN DEVELOPMENT BANK, *African Development Report* 1992.
- ARONDEL 1995 (P.), *L'impasse libérale*, Paris, Desclée de Brouwer.
- BARROT 1995 (Pierre), "Privatisation des terres: le *mea culpa* de la Banque Mondiale", *Alternatives Économiques* (Paris), février.
- BRUNEL 1993 (Sylvie), *Le Gaspillage de l'Aide Publique*, Paris, Seuil
- BRUNEL 1995 (Sylvie), *Le Sud dans la nouvelle économie mondiale*, Paris, PUF-Presses Universitaires de France.
- CLEAVER/SCHREIBER 1994a - CLEAVER (Kevin M.) and SCHREIBER (G.A.) *Reversing the Spiral*, Washington, The World Bank.
- CLEAVER/SCHREIBER 1994b - CLEAVER (Kevin M.) and SCHREIBER (G.A.) *Supplement to Reversing the Spiral*, October.
- DELORS 1994 (Jacques), *L'Unité d'un homme - Entretiens avec Dominique Wolton*, Paris, Ed. Odile Jacob: 192.
- FERNANDES 1995 (Juliano), *Perspectivas guineenses no quadro do investimento externo*, JEAT, 1995 (Caderno nº 5).
- FISCHTAK 1994 (Leila L.), *Governance Capacity and Economic Reform in Developing Countries*, Washington, The World Bank.
- JACQUEMOT/RAFFINOT 1985 - JACQUEMOT (P.) et RAFFINOT (M.), *Accumulation et Développement*, Paris, Harmattan.
- JEAT-Jornadas Empresariais de Agricultura Tropical, Santarém, 7, 8 e 9 de Junho de 1995 (Jornadas organizadas pelo Ministério da Agricultura português e pela CULTIVAR-Associação de Técnicos de Culturas Tropicais): diversas comunicações consultadas.
- LELART 1994 (Michel), *La Construction Monétaire Européenn*, Paris, Dunod
- MANTERO 1995 (Francisco), *A experiência do Grupo Mantero em África*, JEAT.
- MICHAILOF 1984 (S.), *Les Apprentis Sorciers du Développement*, Paris, Economica.
- MILLER/SUMLINSKI 1994 - MILLER (Robert R.) and SUMLINSKI (Mariusz A.), *Trends in Private Investment in Developing Countries 1994 - Statistics for 1970-92*, World Bank.
- NDULU 1990 (B.J.), *Growth and Adjustment in Sub-Saharan Africa*, Nairobi (policopiado).
- NUNES 1989 (Manuel Jacinto), *Temas Económicos*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 389 p.
- ORMEDROD 1994 (Paul), *The Death of Economics*, London, Faber and Faber.
- PERRET/ROUSTANG 1993 - PERRET (B.) et ROUSTANG (G.), *L'Économie contre la société*, Paris, Seuil.
- RÉFFEGA 1995 (António Guerra), *O Acervo Documental da Agricultura nos Trópicos*, JEAT.
- RELA 1995 (José Manuel Zenha), *Experiência da Agropromotora em Termos de*

- Investimento na República de Angola*, JEAT.
- SALAMA/VALIER 1994 - SALAMA (Pierre) et VALIER (Jacques), *Pauvreté et Inégalités dans le Tiers Monde*, Paris, La Découverte, 1994.
- SILVA 1994 (Manuela), Org. de, *Aspectos Sociais e Éticos da Economia*, Lisboa, Comissão Nacional Justiça e Paz.
- SILVA 1995 (António), *A experiência Prática do Grupo Entrepósito em Moçambique*, JEAT.
- SINGER 1993 (Hans W.) and ROY (Sumit), *Economic Progress and Prospects in the Third World - Lessons of Development Experience Since 1945*, London, Edward Elgar.
- SINGER 1994 (Hans W.), "Problems and Future of Food Aid in the Post-GATT Era", *Bruno Kreisky Forum for International Dialogue*, Series 10, May.
- SVEDBERG 1991 (P.), "The Export Performance of Sub-Saharan Africa", *Journal of Economic Development and Cultural Change*, Vol. 39, nº 1, April.
- TARP 1993 (Finn), *Stabilization and Structural Adjustment - Macroeconomic Frameworks for Analyzing the Crisis in Sub-Saharan Africa*, London, Routledge.
- TOYE 1993 (John), "Is there a New Political Economy of Development?", in COLCLOUGH (C.) and MANOR (J.), Editors, *States or Markets? - Neo-Liberalism and the Development Policy Debate*, Oxford, Clarendon Press: 321-338.
- WHEELER 1984 (D.), "Sources of Stagnation in Sub-Saharan Africa", *World Development*, vol. 12, nº 1, January: 1-24.